

PÁGINA 5

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), afirmou ontem, que vetará a chamada "gratificação faroeste" e outras bonificações aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado (Alerj). A declaração foi dada durante um evento do programa Navega RJ, no Rio Imagem, no centro da capital. Segundo Castro, as medidas são inconstitucionais e a decisão foi tomada após derrota do governo estadual no Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou irregular uma gratificação concedida por emenda parlamentar à Secretaria de Administração Penitenciária. "Vai ser vetada, não só ela, mas todas as gratificações que vieram da Assembleia. **PÁGINA 5**

Policia Federal (PF) pediu ontem ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a abertura de uma investigação para apurar a suposta entrada de Filipe Martins, ex-assessor para assuntos internacionais de Jair Bolsonaro, nos Estados Unidos, em dezembro de 2022, uma semana antes dos atos golpistas de 8 de janeiro. A solicitação foi feita após o ministro pedir esclarecimentos da PF sobre a controvérsia envolvendo a suposta viagem de Martins, que é um dos réus no Núcleo 2 da trama golpista ocorrida no governo do ex-presidente. Os esclarecimentos foram solicitados após o Departamento de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos divulgar uma nota na qual negou a entrada do réu no dia 30 de dezembro de 2022. Martins foi apontado pela PGR como um dos autores da minuta do golpe. **PÁGINA 6**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP), ontem, e o convidou para ocupar o cargo de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, no lugar de Márcio Macêdo, que estava na função desde o início do governo, em janeiro de 2023. O anúncio foi feito

em comunicado oficial do Palácio do Planalto. A troca será formalizada na próxima edição do Diário Oficial da União (DOU). A Secretaria-Geral da Presidência é o ministério responsável pelo diálogo e interlocução do governo com organizações da sociedade civil e movimentos sociais. **PÁGINA 7**

A Petrobras obteve a licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para iniciar operação de pesquisa exploratória na Margem Equatorial. A região, localizada no norte do país, é apontada como novo pré-sal devido ao seu potencial petrolífero. O Ibama fez o anúncio no começo da tarde desta segunda-feira. De acordo com a Petrobras, a sonda exploratória se encontra na região do

bloco FZA-M-059 e a perfuração está prevista para começar “imediatamente”. O poço fica em águas profundas do Amapá, a 175 quilômetros da costa e a 500 quilômetros da foz do rio Amazonas. A perfuração dessa fase inicial tem duração estimada em cinco meses, segundo a companhia. Nesse período, a empresa busca obter mais informações geológicas e avaliar se há petróleo e gás na área em escala econômica. **PÁGINA 2**

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) disse ontem que o Programa Reforma Casa Brasil busca resolver um dos problemas mais sérios do povo brasileiro, particularmente para as pessoas em vulnerabilidade, os “invisíveis”. “É importante o Estado olhar para aquelas pessoas que o mercado não tem interesse. O mercado não gosta de ganhar pouco”, disse Lula no lançamento do programa. O programa Reforma Casa Brasil, segundo o governo, vai permitir

que famílias brasileiras possam financiar valores a partir de R\$ 5 mil para reformas, ampliações e adequações de moradias de todo o país. “Nem todo mundo precisa comprar uma casa nova”, afirmou em solenidade no Palácio do Planalto. Ele disse que cabe ao país olhar para as pessoas consideradas invisíveis. Ele diz que o programa pretende fazer com que o financiamento chegue nas mãos de quem mais precisa. **PÁGINA 3**

PÁGINA 3

PÁGINA 5

INDICADORES																											
IBOVESPA 0,77% / 144.509,32 / 1.110,69 / Volume: 17.041.644.545 / Negócios: 2.975.762																											
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Bolsas no mundo				Salário mínimo		R\$ 1.412,00		IGP-M		0,42% (set.)		EURO turismo			
												Fechamento				%		Ufir-RJ		R\$ 4,5373		IPCA-15		0,48% (set.)		Compra: 6,3305 Venda: 6,5105	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.																
GOLL54	5,79	+5,08	+0,28	AMBP3	0,58	+52,63	+0,20	RVEE3	3,700	-26,00	-1,300	S&P 500	6.735,13	+1,07													
AMBP3	0,58	+52,63	+0,20	MWET4	10,89	+11,35	+1,11	EKTR3	41,20	-10,43	-4,80	NASDAQ Composite	22.990,542	+1,37													
IREN3	14,30	+0,42	+0,06	RPMG3	2,33	+10,95	+0,23	REAG3	1,010	-6,48	-0,070	Nasdaq 100	25.141,018	+1,30													
GRND3	5,23	+2,55	+0,13	GFSA3	6,70	+9,48	+0,58	FICT3	3,01	-5,35	-0,17	Euronext 100	1.704,62	+0,86													
PETR4	29,75	+0,07	+0,02	IFCM3	0,120	+9,09	+0,010	BSUJ4	9,03	-4,95	-0,47	CAC 40	8.206,07	+0,39													
										Taxa Selic		(17/09)		15%		CDI		(17/09)		14,90%		DÓLAR Ptax - BC					
										TR		(21/10)		0,1720%		OURO		BM&F/grama/RJ		R\$ 756,08		Compra: 5,3771 Venda: -1,14%					
										Poupança		(21/10)		0,6729%		EURO Comercial						DÓLAR turismo					
																Compra: 6,2514 Venda: 6,2520		Compra: 5,3889 Venda: 5,5689									

MERCADOS

Bovespa inicia semana no maior nível desde 1º/10, em alta de 0,77%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) tocou máxima do dia aos 145 mil pontos, em nível não visto desde o início do mês. Ontem, fechou em alta de 0,77%, aos 144.509,32 pontos, com ganhos bem distribuídos pelas ações de primeira linha - e recuperação parcial, não sustentada no fechamento, em Petrobras (ON - 0,25%, PN +0,07%) após a licença do Ibama para perfuração de poço em bacia na Foz do Amazonas.

Com o desempenho desta abertura de semana, o Índice Bovespa (Ibovespa) da B3 restringe as perdas do mês a 1,18%, ainda avançando 20,14% no ano. O giro de ontem ficou em R\$ 18,1 bilhões, em sessão na qual o Ibovespa oscilou dos 143.396,41 aos

145.216,08 pontos, saindo de abertura aos 143.398,63 pontos.

Além do boletim Focus das segundas-feiras, que trouxe nova redução nas projeções de mercado para o IPCA, o começo de semana foi forte no noticiário da Petrobras a começar, no início da tarde, pelo anúncio de redução de preço da gasolina nas refinarias a partir desta terça-feira. O preço da gasolina foi reduzido em 4,9%, passando a custar, em média, R\$ 2,71 o litro, uma redução de R\$ 0,14. Esta é a segunda redução de preço do combustível este ano: estava há quase cinco meses com o preço inalterado.

Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Cogna (+4,78%), CSN (+4,56%) e Natura (+4,53%). No lado oposto, Fleury (-4,30%), Prio (-1,97%) e Vamos (-1,69%).

Dólar recua pelo quarto pregão consecutivo e fecha abaixo de R\$ 5,40

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar abriu a semana em queda firme no mercado local e voltou a fechar abaixo do nível de R\$ 5,40 pela primeira vez em mais de 10 dias. Investidores mostraram apetite por ativos de risco diante de expectativa positiva em torno das negociações comerciais entre China e Estados Unidos, o que impulsionou a maioria das divisas emergentes e de países exportadores de commodities.

Com mínima de R\$ 5,3666, o dólar à vista fechou em queda de 0,64%, a R\$ 5,3708 - menor valor de fechamento desde 8 de novembro (R\$ 5,3442). Foi o quarto pregão consecutivo de apreciação do real. Do pico de R\$ 5,5037, no dia 10 de outubro, para cá, o dólar já cai 2,49%, voltando a ser negociado nos níveis vistos antes do presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçar a China com tarifas adicionais de 100%. Em outubro, o dólar ainda sobe 0,9% frente ao real.

FAZENDA

Haddad critica quem reclama da política fiscal do governo

CÍCERO COTRIM, MARIANNA GUALTER, GABRIEL HIRABAHASI E GABRIEL DE SOUSA/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, que as reclamações que costumam ser feitas em relação à política fiscal do governo ocorrem porque o Executivo decidiu reduzir o déficit público mirando o "andar de cima", e não os mais pobres.

"Faço questão de terminar dizendo uma coisa importante. Vocês ouvem falar muito da questão fiscal, que o governo gasta muito, que o governo só pensa em taxar bet e banqueiro. Eu quero dizer, presidente, o senhor vai terminar o seu mandato com o melhor resultado fiscal desde 2015", disse Haddad, participante do lançamento do programa "Reforma Casa Brasil", no Palácio do Planalto, nesta segunda.

Na sequência, disse que as reclamações sobre o fiscal ocorrem porque pela primeira vez um governo resolveu diminuir o déficit público brasileiro cortando o que chamou de

"bolsa-empresário". "Não cortando dos de baixo, não com quem precisa de moradia, não com quem vive de salário mínimo, não do aposentado, não. Dessa vez, a gente viu um espaço importante para cortar o chamado gasto tributário, que vem a ser o seguinte, é aqueles que moram na cobertura e não pagam condomínio. Essas pessoas foram chamadas a contribuir com a redução do déficit fiscal", afirmou

Haddad também repetiu que o terceiro mandato de Lula vai ser marcado pela menor inflação acumulada em quatro anos no Plano Real, e pela menor taxa de desemprego na série histórica do IBGE, iniciada em 2012. A renda do salário teve a maior alta desde o Plano Real, acrescentou o ministro.

Ele voltou a dizer que o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) será o maior desde 2010, fim do segundo mandato do petista.

"Além disso, presidente, o senhor aumentou a renda do salário no Brasil como não se via desde o começo do Plano Real", acrescentou o ministro.

EXPLORAÇÃO

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Petrobras obteve a licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para iniciar operação de pesquisa exploratória na Margem Equatorial. A região, localizada no norte do país, é apontada como novo pré-sal devido ao seu potencial petrolífero.

O Ibama fez o anúncio no começo da tarde desta segunda-feira.

De acordo com a Petrobras, a sonda exploratória se encontra na região do bloco FZA-M-059 e a perfuração está prevista para começar "imediatamente". O poço fica em águas profundas do Amapá, a 175 quilômetros da costa e a 500 quilômetros da foz do rio Amazonas.

A perfuração dessa fase inicial tem duração estimada em cinco meses, segundo a companhia. Nesse período, a empresa busca obter mais informações geológicas e avaliar se há petróleo e gás na área em escala econômica. "Não há produção de petróleo nessa fase", frisou a Petrobras no comunicado.

A autorização foi obtida cerca de dois meses depois da última fase do processo de licenciamento, a chamada avaliação pré-operacional (APO), que consiste em um simulado de situação de emergência e plano de reação, com atenção especial à fauna.

PROMESSA

A Petrobras informou que atendeu a todos os requisitos estabelecidos pelo Ibama – órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – cumprindo integralmente o processo de licenciamento am-



biental.

A presidente da companhia, Magda Chambriard (**foto**), classificou a obtenção da licença como "uma conquista da sociedade brasileira".

"Revela o compromisso das instituições nacionais com o diálogo e com a viabilização de projetos que possam representar o desenvolvimento do país", afirmou Chambriard no comunicado.

Ela lembrou que foram cinco anos de diálogo com governos e órgãos ambientais municipais, estaduais e federais até a licença. Chambriard considera que a estatal pôde comprovar "a robustez de toda a estrutura de proteção ao meio ambiente".

"Vamos operar na Margem Equatorial com segurança, responsabilidade e qualidade técnica. Esperamos obter excelentes resultados nessa pesquisa e comprovar a existência de petróleo na porção brasileira dessa nova fronteira energética mundial", completou.

IBAMA

Por meio de nota, o Ibama in-

formou que a emissão da licença ocorreu após "rigoroso processo de licenciamento ambiental". Esse processo contou com elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), três audiências públicas e 65 reuniões técnicas setoriais em mais de 20 municípios do Pará e do Amapá. Também foram feitas vistorias em todas as estruturas de resposta à emergência e unidade marítima de perfuração, além da realização da APO, que envolveu mais de 400 pessoas.

Ainda de acordo com o órgão ambiental, após a negativa de 2023, foi iniciada uma "intensa discussão" com a Petrobras, que permitiu "significativo" aprimoramento substancial do projeto apresentado, especialmente em relação à estrutura de resposta a emergência.

Entre os avanços, o Ibama cita a construção e operacionalização de mais um centro de atendimento à fauna, no município de Oiapoque (AP), que se soma ao já existente em Belém. O Ibama afirmou que as exigências adicionais foram fundamentais para a viabilização am-

biental do empreendimento, considerando as características ambientais excepcionais da região da bacia da Foz do Amazonas. O instituto antecipou que, durante a atividade de perfuração, será realizado novo exercício simulado de resposta a emergência, com foco nas estratégias de atendimento à fauna.

NOVA FONTE

A Margem Equatorial ganhou notoriedade nos últimos anos, por ser tratada como nova e promissora área de exploração de petróleo e gás. Descobertas recentes de petróleo nas costas da Guiana, da Guiana Francesa e do Suriname, países vizinhos ao Norte do país, mostraram o potencial exploratório da região, localizada próxima à linha do Equador. No Brasil, a área se estende do Rio Grande do Norte até o Amapá.

A busca pela licença de exploração se iniciou em 2013, quando a petrolífera multinacional britânica BP arrematou a licitação da área. Por decisão estratégica, a companhia repassou a concessão para a Petrobras em 2021.

A Petrobras tem poços na nova fronteira exploratória, mas, até então, só tinha autorização do Ibama para perfurar os dois da costa do Rio Grande do Norte.

Em maio de 2023, o Ibama chegou a negar a licença para a área chamada de Bacia da Foz do Amazonas, o que fez a Petrobras pedir a reconsideração.

Além da companhia, setores do governo, incluindo o Ministério de Minas e Energia e o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, defenderam a liberação da licença. No Congresso, presidente do senado, Davi Alcolumbre (União-AP), foi um dos principais articuladores para apressar e autorizar a licença.

Ambientalistas criticam aval do Ibama para poço de petróleo na Foz do Amazonas

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Ambientalistas e cientistas criticaram a licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que autoriza a Petrobras a perfurar poços para pesquisa exploratória no bloco FZA-M-59, na bacia sedimentar da Foz do Amazonas, que faz parte da área do litoral brasileiro conhecida como Margem Equatorial.

Organizações da sociedade civil e movimentos sociais afirmam que irão à Justiça para denunciar ilegalidades e falhas técnicas do processo de licenciamento, e buscar a anulação da licença. O grupo alerta para prejuízos à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que vai ser realizada no próximo mês em Belém. A Amazônia é tida como uma zona prioritária para exclusão dos combustíveis fósseis, por sua importância para o clima e para a biodiversidade do planeta.

"Por um lado, o governo brasileiro atua contra a humanidade, ao estimular mais expansão fóssil, contrariando à ciência e apostando em mais aquecimento global. Por outro, atropalha a própria COP30, cuja entrega mais importante precisa ser a implementação da determinação de eliminar gradualmente os combustíveis fós-

seis. Lula acaba de enterrar sua pretensão de ser líder climático no fundo do oceano na Foz do Amazonas. O governo será devidamente processado por isso nos próximos dias", disse Suely Araújo, coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima.

Em nota oficial, o Ibama disse que a decisão ocorreu depois de "rigoroso processo de licenciamento ambiental, que contou com elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), realização de três audiências públicas, 65 reuniões técnicas setoriais em mais de 20 municípios dos estados do Pará e do Amapá, vistorias em todas as estruturas de resposta à emergência e unidade marítima de perfuração, além da realização de uma Avaliação Pré-Operacional, que envolveu mais de 400 pessoas". Sobre a estrutura de resposta à emergência, o órgão destacou a construção e operacionalização de Centro de Reabilitação e Despetrolização (CRD) no município de Oiapoque (AP), que se soma ao outro já existente em Belém (PA).

A autorização foi celebrada pela Petrobras como uma "uma conquista da sociedade brasileira" e também foi comemorada pelo Instituto Brasileiro do Petróleo, que reúne empresas do setor e prevê ganhos econômicos para o

país. Os cientistas Carlos Nobre e Paulo Artaxo explicaram que a exploração de petróleo na Amazônia vai agravar a crise climática no planeta.

"A Amazônia está muito próxima do ponto de não retorno, que será irreversivelmente atingido se o aquecimento global atingir 2 graus Celsius (°C) e o desmatamento ultrapassar 20%. Além de zerar todo desmatamento, degradação e fogo na Amazônia, torna-se urgente reduzir todas as emissões de combustíveis fósseis. Não há nenhuma justificativa para qualquer nova exploração de petróleo", disse Carlos Nobre, copresidente do Painel Científico para a Amazônia.

"O Brasil tem a oportunidade de explorar seu enorme potencial de geração energética solar e eólica e se tornar uma potência mundial em energias sustentáveis. Não devemos desperdiçar esta oportunidade. Abrir novas áreas de produção de petróleo vai auxiliar a agravar ainda mais as mudanças climáticas e, certamente, isso vai contra o interesse do povo brasileiro", disse Paulo Artaxo, integrante do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e especializado em crise climática e Amazônia.

Outras lideranças de movimentos em defesa do meio am-

biente também criticaram a decisão do Ibama. A coordenadora de campanha no Brasil da Iniciativa do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, Clara Junger, classificou como inaceitável que o governo continue promovendo a exploração de petróleo e gás na bacia Amazônica, área considerada vital para a proteção do clima e da biodiversidade.

"Essa decisão contraria os compromissos com a transição energética e coloca em risco as comunidades, os ecossistemas e o planeta. Ao contrário do que alegam, os recursos do petróleo pouco investem na transição, sendo apenas 0,06%. Precisamos de um acordo global para eliminar a extração de petróleo de forma justa, equitativa e sustentável. Até lá, o mínimo que temos que fazer é impedir sua ampliação", disse.

A coordenadora da frente de Oceanos do Greenpeace Brasil, Mariana Andrade, critica que a decisão de abrir uma nova fronteira exploratória na Foz do Amazonas "revela uma lógica de lucro que perpetua desigualdades". A Petrobras tem condições de direcionar seus esforços para uma estratégia verdadeiramente voltada à descarbonização e de contribuir de forma coerente com compromissos climáticos assumidos pelo Brasil", disse

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

PESSOAS INVISÍVEIS

Lula lança programa de reforma para casa popular

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva(**foto**) disse ontem que o Programa Reforma Casa Brasil busca resolver um dos problemas mais sérios do povo brasileiro, particularmente para as pessoas em vulnerabilidade, os “invisíveis”.

“É importante o Estado olhar para aquelas pessoas que o mercado não tem interesse. O mercado não gosta de ganhar pouco”, disse Lula no lançamento do programa.

O programa Reforma Casa Brasil, segundo o governo, vai permitir que famílias brasileiras possam financiar valores a partir de R\$ 5 mil para reformas, ampliações e adequações de moradias de todo o país.

“Nem todo mundo precisa comprar uma casa nova”, afirmou em solenidade no Palácio do Planalto.

Ele disse que cabe ao país olhar para as pessoas consideradas invisíveis. Ele diz que o programa pretende fazer com que o financiamento chegue nas mãos de quem mais precisa.

SALTO DE QUALIDADE

“Esse país vai dar um salto de qualidade. A gente vê uma notícia no jornal de que tem milhões de casas no Brasil que não tem banheiro”, lamentou.

O presidente disse que não basta governar de Brasília. “O povo que precisa de nós não precisa de bilhões, não precisa sequer de milhões, precisa de alguns milhares de reais”, afirmou.



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Lula, no evento, defendeu que as pessoas mais humildes também conseguem movimentar a economia.

“Quando a economia do bairro começa a melhorar, todo mundo quer reformar a sua casa. Tem casa com três garagens para quatro carros, para cinco carros, e muitas vezes a maioria dos pobres não tem um quarto”, citou.

HABITAÇÃO

Também no evento, o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Eduardo Borges da Silva, enxergou no programa um marco na cons-

trução da habitação popular nesse país.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que estava na solenidade, avaliou que o programa vai alavancar mais oportunidades para quem mora e precisa melhorar a qualidade da sua moradia.

“Para quem está com uma casa ainda por fazer, uma casa por recuperar, esses R\$ 30 mil ou R\$ 20 mil vão ser muito importantes para a dignidade da vida dessa família”.

Haddad argumentou que o recurso vai render na mão das famílias beneficiadas. “O Banco Central apresentou para o

Conselho Monetário Nacional uma nova forma de organizar a poupança do país. A caderneta de poupança que financia habitação popular”, contextualizou.

FINANCIAMENTO

O prazo de pagamento do financiamento é de até cinco anos (60 meses). O Reforma Casa Brasil é voltado a famílias que já têm imóvel, mas enfrentam problemas estruturais ou de adequação.

O valor das parcelas será limitado a 25% da renda familiar. Cada família poderá ter apenas uma operação ativa por vez.

BC/Focus

Mercado financeiro reduz previsão da inflação para 4,7%

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - passou de 4,72% para 4,7% este ano. A estimativa foi publicada no *boletim Focus* ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação também caiu, de 4,28% para 4,27%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,83% e 3,6%, respectivamente.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Depois de queda em agosto, em setembro a inflação oficial subiu 0,48%, com influência da alta da conta de luz. Em 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula 5,17%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. As incertezas do cenário econômico externo e indicadores que mostram a moderação no crescimento interno estão entre os fatores que levaram à manutenção da Selic, na última reunião, no mês passado.

A intenção do colegiado é, de acordo com a ata divulgada, manter a taxa de juros atual “por período bastante prolongado” para garantir que a meta da inflação seja alcançada.

A estimativa dos analistas é

que a taxa básica encerre 2025 nesses 15% ao ano. Para o fim de 2026, a expectativa é que a Selic caia para 12,25% ao ano. Para 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Quando a taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB E CÂMBIO

Nesta edição do *boletim Focus*, a estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano passou de 2,16% para 2,17%. Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) ficou em 1,8%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 1,82% e 2%, respectivamente.

Puxada pelas expansões dos serviços e da indústria, no segundo trimestre deste ano a economia brasileira cresceu 0,4%. Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,45 para o fim deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,50.

Nota

ESTADOS UNIDOS E AUSTRÁLIA DESEJAM INVESTIR US\$ 3 BI EM PROJETOS DE MINERAIS CRÍTICOS

Os EUA e a Austrália pretendem investir mais de US\$ 3 bilhões em projetos de minerais críticos nos próximos seis meses, com recursos recuperáveis estimados em US\$ 53 bilhões nos projetos, segundo documento divulgado pela Casa Branca. Após o encontro entre o presidente norte-americano, Donald Trump, e o primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, os líderes assinaram o Marco de Minerais Críticos com o objetivo de liberar o potencial de projetos de recursos naturais. Ainda, de acordo com o texto, o Banco de Exportação e Importação dos EUA emitirá sete "Cartas de Interesse" para mais de US\$ 2,2 bilhões em financiamento, liberando até US\$ 5 bilhões em investimentos totais, para promover projetos de minerais críticos e segurança da cadeia de suprimentos entre os dois países.

SINDICATO DAS CORRETORAS E DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ: 34.115.238/0001-84

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O Sindicato das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários do Rio de Janeiro, Carta Sindical: L 002 P 016 A 1941 convoca para o dia 18/11/2025, às 13:00 horas em primeira convocação e às 13:30 horas em segunda convocação, na Rua Sete de Setembro, nº 71, 19º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, toda a categoria econômica representada, formada pelas Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias, Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Empresas de Assessoria, Administração e Consultoria de Investimentos, Administradoras de Carteira de Ações, Títulos e Valores Mobiliários de Terceiros e Empresas de Empreendimentos e de Participações Financeiras, da base territorial do Estado do Rio de Janeiro, para DELIBERAREM: (i) em caráter ordinário sobre: a) proposta orçamentária para o exercício de 2026, b) relatório de atividades e prestação de contas da Diretoria do exercício de 2024. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2025.
Ricardo Pinto Nogueira

WEB SERVICES

Instabilidade do Pix no Brasil coincide com falha na Amazon

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

No mesmo dia em que uma falha global na Amazon Web Services (AWS) afeta serviços digitais em todo o planeta, o Pix registrou instabilidade ontem.

Usuários de algumas instituições financeiras relatam interrupção de transferências e pagamentos em diferentes regiões do país.

De acordo com o *site* Down Detector, que monitora o funcionamento de plataformas *online*, as primeiras reclamações sobre o Pix começaram por volta das 4h da madrugada (horário de Brasília) e se intensificaram ao longo da manhã.

O volume de notificações atingiu 160 relatos por minuto às 11h30, 176 às 11h40 e chegou ao pico de aproximadamente

272 reclamações por minuto às 14h17.

As falhas foram observadas principalmente em grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Curitiba e Recife.

Durante o período de instabilidade, houve aumento expressivo nas buscas na internet por termos relacionados ao Pix e a *fintechs*.

No entanto, bancos tradicionais como Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal também registraram aumento nas queixas.

No Banco do Brasil, houve um aumento de reclamações durante a manhã, mas a situação se normalizou agora à tarde.

PANE

Divisão da Amazon respon-

sável por serviços de computação em nuvem, a Amazon Web Services informou que enfrenta dificuldades técnicas na região US-East-1, área sob a responsabilidade da empresa que abrange o Nordeste dos Estados Unidos.

Essa infraestrutura é usada por empresas de diversos setores para hospedagem, armazenamento e processamento de dados.

A pane causou instabilidade em *sites* e aplicativos de grande porte, incluindo Mercado Livre, Mercado Pago, Reddit, Roblox, Snapchat, Wellhub (antigo Glympass), TotalPass, Perplexity e Prime Vídeo.

Na América Latina, os reflexos foram sentidos em serviços de comércio eletrônico, entretenimento e tecnologia financeira.

BANCO CENTRAL

Por meio de breve nota, o Banco Central (BC) informou que “os sistemas administrados pelo BC funcionam normalmente” e que segue monitorando o desempenho das instituições participantes do sistema de pagamentos instantâneos.

Até o início da tarde, o BC não havia identificado falhas internas relacionadas ao incidente.

A autoridade monetária não confirmou a relação entre a instabilidade do Pix e a falha da AWS. No entanto, segundo publicações especializadas em tecnologia, a coincidência de horários pode indicar impactos indiretos decorrentes da dependência de serviços de computação em nuvem.

DISTRIBUIDORAS

Petrobras reduz preço da gasolina em 4,9% a partir desta terça-feira

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Petrobras anunciou ontem que vai reduzir em 4,9% o preço da gasolina A vendida às distribuidoras. O novo preço passa a valer a partir desta terça-feira.

A gasolina A é o combustível puro que sai das refinarias e é misturado ao etanol pelas distribuidoras, para que possa ser vendido ao consumidor final nos postos de revenda.

Com a redução, o preço médio de venda da Petrobras pa-

ra as distribuidoras passará a ser, em média, de R\$ 2,71 por litro, uma redução de R\$ 0,14 por litro.

SEGUNDA REDUÇÃO

Esta é a segunda queda no preço promovida pela estatal em 2025. Em 3 de junho, a Petrobras já havia diminuído o valor em 5,6%. No acumulado do ano, a redução soma R\$ 0,31 por litro, recuo de 10,3%.

No comunicado que anunciou a mudança de valores, a empresa cita que, desde dezem-

bro de 2022, a queda no preço da gasolina chega a R\$ 0,36 — um recuo de 22,4%, já considerando a inflação do período.

O movimento da Petrobras deve representar alívio na inflação do país, uma vez que o combustível é o com maior peso no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador que apura a inflação oficial.

Apesar de a Petrobras ser a maior produtora do combustível no país, o preço da gasolina nas bombas não depende ape-

nas da estatal. Após o produto ser vendido às distribuidoras, sofre influências de outros custos, como o frete, mistura com o etanol, cobrança de impostos e a margem de lucro dos postos.

DIESEL

A Petrobras informou que o preço do diesel vendido às distribuidoras não sofrerá alteração. Desde março deste ano, houve três reduções no óleo diesel, e o combustível apresenta recuo de 35,9% desde o fim de 2022.

H Hospital Federal dos Servidores do Estado **SUS** + **MINISTÉRIO DA SAÚDE** **GOVERNO DO BRASIL**
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90042/2025 no dia 04/11/2025 às 11h00min. – Objeto aquisição de Insumo de Uso Contínuo para abastecimento do Serviço do Almooxarifado do Hospital Federal dos Servidores do Estado - HFSE, nos termos da tabela do Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Processo nº 33433.124746/2025-33. O pregão será realizado no site https://www.comprasnet.gov.br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INTERIOR

Parque é interditado após mortes por febre maculosa

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Após a confirmação de três mortes por febre maculosa em Salto, no interior paulista, a prefeitura da cidade decidiu interditar temporariamente o Parque de Lavras, que é margeado pelo Rio Tietê.

Segundo a administração municipal, duas dessas mortes foram registradas em frequentadores do parque. A outra é de um morador de uma área particular de Salto.

Somente neste ano, 36 casos de febre maculosa foram registradas em todo o estado, com 18 óbitos, com dados contabilizados até outubro. Em todo o ano passado, foram 72 casos, com 26 mortes.

A febre maculosa, também conhecida como doença do car-

rapato, é uma infecção febril de gravidade variável, com elevada taxa de letalidade. Causada por uma bactéria do gênero *Rickettsia*, a doença é transmitida pela picada de carrapato.

De acordo com a prefeitura, a Secretaria Municipal da Saúde reforçou o acompanhamento dos casos suspeitos e intensificou as ações de orientação à população da cidade.

Já a Secretaria do Meio Ambiente tem monitorado os locais de possível contaminação e realizado ações de prevenção, com aplicação de carrapaticida biológico e fungos naturais em áreas públicas.

SINTOMAS

Em geral, a febre maculosa costuma se manifestar inicialmente com febre alta, dor de ca-

beça, dores no corpo, fraqueza, náuseas e manchas avermelhadas na pele.

Ao procurar uma unidade de saúde, o paciente deve sempre informar se esteve recentemente em áreas com vegetação, chácaras, trilhas, margens de rio ou outros locais, mesmo que não tenha encontrado carrapatos no corpo. Essa informação, diz a prefeitura de Salto, é essencial para um diagnóstico rápido e início imediato do tratamento, o que aumenta significativamente as chances de recuperação.

A febre maculosa não é transmitida de pessoa para pessoa, mas por meio da picada do carrapato. Por isso, para preveni-la, o ideal é evitar locais onde haja exposição a esses bichos ou, se não for possível, adotar algumas medidas para quando estiver visi-

tando alguma dessas regiões silvestres, de mata, fazendas, trilhas ecológicas ou de vegetação alta.

O Ministério da Saúde recomenda que, ao visitar uma dessas regiões de maior risco, a pessoa utilize roupas claras, que ajudam a identificar mais rapidamente o carrapato, que tem cor escura.

Também é importante usar calças e blusas com mangas compridas e botas. Outra indicação da pasta é que a pessoa utilize repelentes, principalmente os que tenham como princípio ativo DEET, IR3535 e Icaridina. O ministério alerta também para que as pessoas verifiquem se há presença de carrapatos nas suas roupas ou na pele a cada duas ou três horas, removendo-os imediatamente, com uma pinça, para reduzir o rico de transmissão da doença.

Terça-feira, 21 de outubro de 2025

CIÊNCIA

Pesquisa do Butantan padroniza nomenclatura de vírus da dengue



BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

Pesquisa realizada pelo Instituto Butantan e mais 23 instituições definiu nova nomenclatura para as linhagens do vírus da dengue.

As denominações já começaram a ser utilizadas desde setembro de 2024 pelos participantes do estudo, entre eles a Universidade Yale, nos Estados Unidos, a Universidade Oxford, no Reino Unido, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Butantan, no Brasil.

“Por ter sido desenvolvido de forma consensual por várias instituições nacionais e internacionais, (a adoção da nova nomenclatura) não depende de aprovação formal da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Entretanto, espera-se que a OMS e redes regionais de vigilância passem a utilizá-lo como referência, como já ocorreu com outros vírus”, destaca o bioinformata do Centro para Vigilância Viral e Avaliação Sorológica (CeVIVAS) e do Laboratório de Ciclo Celular do Instituto Butantan (LCC), Alex Ranieri.

Segundo o instituto, o objetivo da nova nomenclatura é facilitar a vigilância das mutações que podem ocorrer com o vírus e favorecer a comunicação entre laboratórios e autoridades de saúde, permitindo acompanhar potenciais novas linhagens com risco epidemiológico.

A pesquisa *A new lineage nomenclature to aid genomic surveillance of dengue virus (Uma nova nomenclatura de linhagem para auxiliar na vigilância genômica do vírus da dengue*, em tradução livre) foi publicada na revista científica PLOS Biology.

NOMENCLATURA

O vírus da dengue é composto por quatro sorotipos (DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4) e cada um apresenta diferentes variações genéticas,

totalizando 17 genótipos. O novo sistema propõe dois níveis adicionais (linhagens maiores e linhagens menores), permitindo uma classificação mais detalhada e padronizada da diversidade viral.

No novo esquema de nomenclatura, os genótipos são indicados por números romanos e abaixo deles há dois níveis hierárquicos: as linhagens maiores, representadas por letras e as linhagens menores, indicadas por números separados por pontos: DENV-3.III.C.2 é o vírus da dengue sorotipo 3, genótipo III, linhagem maior C, linhagem menor 2.

“Enquanto um genótipo pode abranger vírus de vários continentes, uma linhagem específica pode refletir circulação restrita a uma região ou país. O artigo no qual foi publicado o sistema mostra, por exemplo, que a linhagem DENV-2.III.A foi identificada apenas no hemisfério oriental. Assim, se essa linhagem surgisse em outro continente, isso indicaria nova rota de introdução, permitindo resposta rápida das autoridades sanitárias”, ressalta Ranieri.

De acordo com ele, a nova nomenclatura pode influenciar de forma indireta o processo de vacinação contra a doença. O novo sistema identifica mutações específicas que definem cada linhagem e algumas dessas alterações podem influenciar a resposta imune induzida por vacinas.

“Com o monitoramento contínuo das linhagens, é possível detectar precocemente variantes com potencial de escape imunológico e avaliar se há impacto na eficácia vacinal. Isso oferece uma base científica para ajustar futuras formulações de vacinas de forma mais precisa”.

Em 2024, os países onde circulam os quatro sorotipos de dengue notificaram mais de 13 milhões de casos.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 103ª (CENTÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRA ("Titulares dos CRA") da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 103ª (centésima terceira) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), da **Canal Companhia de Securitização ("Emissora")**, nos termos da **Clausula 14 e seguintes do "Termo de Securitização da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 103ª (centésima terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais devidas pela Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda."**, celebrado em 19 de junho de 2024, conforme aditado em 2 de abril de 2025 ("Termo de Securitização"), a se reunirem em **10 de novembro de 2025, às 15:00**, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, para ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de Assembleia especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), examinar e discutir sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (I) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na **Clausula 8.1.1**, item (g) do "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Duas Séries, com Garantia Real e Fiduciária, de Distribuição Privada, da Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda.", celebrado em 19 de junho de 2024, conforme aditado em 2 de abril de 2025 ("Termo de Emissão"), em razão do inadimplemento, por parte da Devedora, da obrigação de recomposição do Fundo de Reserva até o Valor Mínimo do Fundo de Reserva, conforme disposto na **Clausula 6.18.2**, do Termo de Emissão e **Clausula 9.1.2**, do Termo de Securitização; (II) Caso aprovado o item (I) acima, a Devedora deverá aportar para a recomposição do Fundo de Reserva os seguintes valores, seguindo os respectivos prazos a seguir: (a) R\$ 708.000,00 (setecentos e oito mil reais) em até 05 (cinco) dias úteis, contados da formalização da Assembleia; (b) R\$ 1.417.000,00 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil reais) até 25 de novembro de 2025; e (c) R\$ 1.275.000,00 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil reais) até 23 de dezembro de 2025; (III) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, previsto na **Clausula 8.1.2**, item (e), do Termo de Emissão, em razão da verificação, pela Securitizadora, da existência de protestos em nome da Devedora, com data superior a 30 (trinta) dias e cujo valor consolidado ultrapassa o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); (IV) Caso aprovado o item (III) acima, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias úteis, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora tome as medidas necessárias para exclusão dos protestos que estejam em desacordo com a **Clausula 8.1.2**, item (e), do Termo de Emissão; (V) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na **Clausula 8.1.2**, item (f), do Termo de Emissão, em razão da verificação, pela Securitizadora, da existência de processos judiciais relevantes em trâmite contra a Devedora, dentre os quais se destacam: (i) Processo nº 0004675-86.2025.8.16.0170; (II) Processo nº 1008158-48.2025.8.26.0229; e (III) Processo nº 1099551-53.2025.8.26.0100; (VI) Caso aprovado o item (V) acima, conceder prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora encaminhe os devidos esclarecimentos acerca da existência dos processos judiciais; (VII) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na **Clausula 8.1.2**, item (a), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento, pela Devedora, da obrigação não pecuniária de entregar à Securitizadora o relatório trimestral não auditado, contendo suas informações financeiras, referente ao período encerrado em 30 de junho de 2024 e aos períodos subsequentes, conforme disposto na **Clausula 9.1**, item (h), do referido instrumento; (VIII) Caso aprovado o item (VII) acima, conceder prazo adicional de 10 (dez) dias úteis, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora encaminhe os respectivos relatórios trimestrais; (IX) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na **Clausula 8.1.2**, item (a) do Termo de Emissão, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de envio pela Devedora à Securitizadora, das respectivas demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, cujo prazo findou em 30 de abril de 2025, conforme exposto na **Clausula 9.1**, item (I), alínea (i) do mesmo instrumento. Fica consignado, ainda, que o cálculo do Índice Financeiro, apurado pela Devedora, somente será verificado e validado pela Securitizadora após o recebimento e análise das referidas demonstrações financeiras auditadas; (X) Caso aprovado o item (IX) acima, conceder prazo adicional 30 (trinta) dias, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora apresente as respectivas demonstrações financeiras auditadas; (XI) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na **Clausula 8.1.2**, item (a), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento, pela Devedora, de obrigações não pecuniárias assumidas no âmbito do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Estoques em Garantia, Sob Condição Resolutiva, e Outras Avenças" ("Alienação Fiduciária de Estoques") e do "Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), consistentes, em especial, em: (a) não constituição, na data da formalização da Alienação Fiduciária de Estoques, do valor mínimo de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) em bens móveis a título de estoque em garantia; (b) não cessão, até 31 de agosto de 2025, de novos direitos creditórios elegíveis que atendessem integralmente aos critérios de elegibilidade previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais); (c) não cessão, até 30 de setembro de 2025, de novos direitos creditórios elegíveis no valor de R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais); e (d) não cessão, até 31 de outubro de 2025, de novos direitos creditórios elegíveis no valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais). As obrigações acima encontram fundamento, nas **Clausulas 2.1.1**, itens (i) a (iv), e (v), e 2.2 da Alienação Fiduciária de Estoques, bem como nas **Clausulas 4.1.6.2**, itens (i) a (iv), e 4.1.6.3 do Termo de Emissão; (XII) Caso aprovado o item (XII) acima, a Devedora deverá apresentar os novos direitos creditórios que atendam integralmente aos critérios de elegibilidade previstos no Contrato de Cessão Fiduciária e os bens móveis a título de estoque em garantia que atendam as condições previstas na Alienação Fiduciária de Estoques, para constituição das respectivas garantias, de acordo com os seguintes valores e prazos: (a) apresentação dos bens móveis para constituição da Alienação Fiduciária de Estoques, no valor mínimo de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) em até 05 (cinco) dias úteis, contados da formalização da Assembleia; (b) cessão fiduciária de novos direitos creditórios no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em até 05 (cinco) dias úteis, contados da formalização da Assembleia; (c) cessão fiduciária de novos direitos creditórios no valor de R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais), até 25 de novembro de 2025; e (d) cessão fiduciária de novos direitos creditórios no valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) até 31 de dezembro de 2025; (XIII) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na **Clausula 8.1.2**, item (a), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária da Devedora, em apresentar à Securitizadora, o registro do contrato da Alienação Fiduciária de Estoques, conforme previsto nas **Clausulas 1.4**, e 1.4.1, da Alienação Fiduciária de Estoques; (XIV) Caso aprovado o item (XIII) acima, conceder prazo adicional 10 (dez) dias úteis contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora apresente o contrato registrado; (XV) Autorizar à Securitizadora em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticar todos os atos necessários para a efetivação dos Itens acima. Fica consignado ainda que, caso a Devedora descumpra quaisquer obrigações assumidas no âmbito da presente Assembleia, restará configurado o respectivo Evento de Vencimento Antecipado Não Automático que seja objeto de descumprimento por parte da Devedora. **Instituições Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Especial serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial de Titulares dos CRA, em primeira convocação, com o mínimo, a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Titulares de CRA, conforme Item 14.3.4 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assembléias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A Instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, ("Estruturadora"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente, em até 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia. A Instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares dos CRA presentes na Assembleia serão computados mediante sua manifestação na Assembleia, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares dos CRA que pretenderem participar da Assembleia deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRA, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário e da Securitizadora. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo - SP, 18 de outubro de 2025.

Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização - Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) A 3ª (TERCEIRA) SÉRIES DA 116ª (CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DEVIDOS PELA PRAIA BELA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) séries da 116ª (centésima décima sexta) emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com registro de companhia securitizadora perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na categoria "S1", sob o número 94, e devidamente autorizada a funcionar como tal nos termos da Resolução da CVM nº 60, de 13 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Jardim Paulistano, CEP 01.451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Emissora"), nos termos da **Clausula 15.4** do "Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) a 3ª (Terceira) Séries da 116ª (Centésima Décima Sexta) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Praia Bela Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.", conforme aditado "Termo de Securitização", celebrado entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações com filial situada na cidade São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), a se reunirem em 10 de novembro de 2025, às 15:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, conforme abaixo mencionado ("Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) aprovação da emissão de uma nova série de CRA, no âmbito da Operação de Securitização (conforme definido no Termo de Securitização), nos termos da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme em vigor ("CRI da 4ª Série"), a ser lastreada em uma nova emissão de notas comerciais pela **PRAIA BELA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, na Avenida Desembargador Moreira, nº 760, sala 905, Edifício Centurion, Meireles, CEP 60.178-000, inscrita no CNPJ sob o nº 47.858.541/0001-19 ("Devedora"), no valor de até R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sendo certo que referidas notas comerciais serão emitidas em série única, para colocação privada, a serem subscritas pela Emissora, nos termos do competente termo de emissão ("Novo Termo de Emissão de Notas Comerciais"), para vinculação aos CRI da 4ª Série. Os CRI da 4ª Série terão as características descritas no Anexo A deste Edital; (II) caso aprovado o item (I) da Ordem do Dia, aprovação do compartilhamento das Garantias (conforme definido no Termo de Securitização), para que passem a garantir adimplimento, também, de todas as obrigações decorrentes do Novo Termo de Emissão de Notas Comerciais e dos CRI da 4ª Série, de forma que a definição de "Obrigações Garantidas" constante do Termo de Securitização e de todos os demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização) será aditada para incluir as obrigações previstas no Novo Termo de Emissão de Notas Comerciais e/ou decorrentes da emissão dos CRI da 4ª Série; (III) caso aprovado o item (I) da Ordem do Dia, ainda, aprovação da realização da oferta pública de distribuição dos CRI da 4ª Série, pelo rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("Oferta dos CRI da 4ª Série"), sendo que o público-alvo da Oferta dos CRI da 4ª Série será exclusivamente investidores profissionais, nos termos da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme em vigor; (IV) caso aprovado o item (III) da Ordem do Dia, aprovação da instituição de subordinação entre as séries dos CRI, observado que os pagamentos referentes à remuneração e amortização dos CRI da 4ª Série serão prioritários (seniores) em relação aos pagamentos devidos a título de remuneração e amortização dos CRI da 1ª, 2ª e 3ª Séries, inclusive na hipótese de excussão das Garantias, não havendo subordinação entre os CRI da 1ª, 2ª e 3ª Séries; (V) caso aprovados os Itens acima, aprovação da inclusão de fator de risco no Termo de Securitização, referente à instituição de subordinação entre as séries dos CRI, com redução idêntica ou substancialmente similar à seguinte: "**Risco Relacionado à Emissão dos CRI da 4ª Série:** Em decorrência da emissão dos CRI da 4ª Série, será alterada a estrutura de subordinação originalmente prevista na Operação de Securitização, passando os CRI da 4ª Série a deter prioridade de pagamento em relação aos CRI da 1ª a 3ª Séries. Assim, os CRI da 1ª a 3ª Séries passarão a ser subordinados aos CRI da 4ª Série quanto ao recebimento de fluxos de pagamento e à amortização de principal e juros. A introdução de uma nova série, senior, poderá impactar adversamente o perfil de risco das demais séries, reduzindo a proteção de crédito anteriormente conferida a suas titulares, bem como alterar a Ordem de Prioridade de Pagamentos. Consequentemente, eventuais insuficiências de caixa ou inadimplementos dos créditos imobiliários poderão afetar de forma severa os investidores dos CRI da 1ª a 3ª Séries, que passarão a receber seus pagamentos somente após a integral satisfação das obrigações relativas aos CRI da 4ª Série." (vi) caso aprovados os itens (I) a (IV), aprovação da inclusão de fator de risco no Termo de Securitização, referente ao compartilhamento das Garantias entre as séries dos CRI, com redução idêntica ou substancialmente similar à seguinte: "**Risco Relacionado ao Compartilhamento das Garantias entre as Séries dos CRI:** As Garantias originalmente constituídas em benefício das séries anteriormente emitidas no âmbito da Operação de Securitização serão compartilhadas com os CRI da 4ª Série. Dessa forma, os recursos provenientes da execução de tais garantias serão utilizados para satisfazer as obrigações de todas as séries de CRI em circulação, de acordo com a Ordem de Prioridade de Pagamentos. Em razão desse compartilhamento, os Titulares dos CRI da 1ª a 3ª Séries deixam de contar com garantias exclusivas ou segregadas, passando a concorrer com os Titulares dos CRI da 4ª Série no produto de eventual execução, respeitada a subordinação aplicável. Assim, a probabilidade de recuperação dos créditos pelos investidores das séries subordinadas poderá ser reduzida, especialmente na hipótese de inadimplemento dos créditos imobiliários ou de insuficiência do valor das garantias para cobrir integralmente as obrigações de todas as séries. Adicionalmente, o compartilhamento das Garantias poderá implicar complexidade adicional na execução e distribuição dos valores devidos, bem como maior tempo de recuperação em cenários de inadimplemento, em razão da necessidade de observância da ordem de prioridade e dos direitos concorrentes entre as diferentes séries de CRI. Não há garantia de que o valor das garantias compartilhadas será suficiente para satisfazer integralmente as obrigações decorrentes de todas as séries emitidas, inclusive dos CRI da 4ª Série, podendo resultar em perdas parciais ou totais para os investidores." (vii) caso aprovados os itens acima, aprovação da celebração dos aditamentos aos Documentos da Operação para refletir as alterações necessárias, inclusive, mas não exclusivamente, o aumento das Despesas Recorrentes (a serem detalhadas na Assembleia), as despesas adicionais, o novo cronograma de pagamentos, as novas obrigações garantidas e a nova ordem de prioridade de pagamentos; (viii) aprovação da contratação do **PAPI, MAXIMIANO E KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.834.440/0002-13, como assessor legal da Oferta dos CRI da 4ª Série, para a elaboração dos aditamentos aos Documentos da Operação e a realização de auditoria jurídica, conforme escopo previamente definido entre as partes envolvidos na Oferta dos CRI da 4ª Série, cujos honorários, a serem oportunamente definidos, serão pagos com os recursos do Patrimônio Separado decorrentes da integralização dos CRI da 4ª Série; (ix) caso aprovados os itens acima, aprovar as despesas adicionais da Operação de Securitização, a serem detalhadas na Assembleia, incluindo, mas não se limitando, os honorários do assessor legal, a remuneração adicional da Emissora, a remuneração adicional do Agente Fiduciário e a remuneração adicional da Instituição Custodiante, observado o valor máximo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); e (x) autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instituições Gerais:** A participação e a votação na Assembleia serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia, em primeira convocação, com a presença de qualquer número de Titulares dos CRI, conforme Item 15.4 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assembléias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia. A Instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares dos CRI presentes na Assembleia serão computados mediante sua manifestação na Assembleia, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares dos CRI que pretenderem participar da Assembleia deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário e da Securitizadora. Os termos utilizados neste Edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo - SP, 18 de outubro de 2025.

Atenciosamente, CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

ALERJ

‘Gratificação faroeste’: Cláudio Castro diz que vai vetar projeto

ADRIANA VICTORINO/AE

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (**foto**), afirmou ontem, que vetará a chamada "gratificação faroeste" e outras bonificações aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado (Alerj). A declaração foi dada durante um evento do programa Navega RJ, no Rio Imagem, no centro da capital.

Segundo Castro, as medidas são inconstitucionais e a decisão foi tomada após derrota do governo estadual no Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou irregular uma gratificação concedida por emenda parlamentar à Secretaria de Administração Penitenciária.

"Vai ser vetada, não só ela, mas todas as gratificações que vieram da Assembleia. Até mesmo porque a Secretaria de Administração Penitenciária teve uma derrota agora, na semana passada, exatamente de uma gratificação que foi dada por emenda e que foi considerada inconstitucional", afirmou o governador.



GOVERNO DO ESTADO DO RJ

Castro disse ainda que o veto busca evitar prejuízos aos servidores. "Imagina o servidor tendo que devolver dinheiro. Não adianta querer impor uma coisa que depois a Justiça vai declarar inconstitucional, como aconteceu agora na Polícia Penal. Todas as novas gratificações serão vetadas", completou.

A Alerj aprovou no fim de setembro um projeto que prevê o pagamento de prêmios a policiais

que "neutralizarem" criminosos em operações. O texto foi incorporado a uma proposta do Executivo que trata da reestruturação da Secretaria de Polícia Civil.

Na prática, a medida representaria o retorno da "gratificação faroeste", criada em 1995 e extinta três anos depois, após estudos apontarem aumento das execuções sumárias durante sua vigência.

De acordo com a emenda,

apresentada pelos deputados Alan Lopes (PL), Marcelo Dino (União) e Alexandre Knoploch (PL), os bônus poderiam variar de 10% a 150% do salário do agente, respeitado o teto constitucional. O pagamento seria concedido em duas situações: apreensão de armas de grande calibre ou de uso restrito em operações policiais e situações que envolvam a neutralização de criminosos.

ESPECIAL

Entenda por que ex-funcionários voltam às suas antigas empresas: fenômeno dos "boomerang employees"

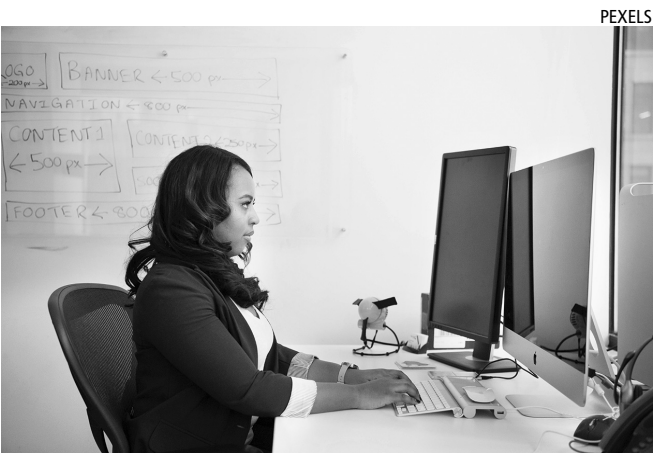
POR BÁRBARA SOUZA

Há um movimento curioso no mercado de trabalho, que se configura em um retorno de ex-funcionários às empresas onde já trabalharam. Chamados de boomerang employees, esses profissionais saem em busca de novas experiências e, algum tempo depois, decidem voltar ao antigo empregador, muitas vezes em posições mais estratégicas. O fenômeno, antes visto como raro, tem ganhado força globalmente e começa a ser incorporado às políticas de gestão de pessoas.

Segundo o **ADP Research Institute**, em março de 2025 os boomerang employees representaram **35% de todas as novas contratações** nos Estados Unidos, um aumento em relação aos **31% registrados no mesmo mês de 2024**. O dado mostra que mais de um em cada três novos contratados naquele período já havia trabalhado anteriormente na mesma empresa. Em setores como tecnologia e informação, que incluem áreas de programação, telecomunicações e software, o índice foi ainda mais expressivo, chegando a **68% das admissões**, de acordo com levantamento da **CNBC** publicado em junho deste ano.

Para as empresas, a recontração traz vantagens claras. Profissionais que retornam já conhecem a cultura organizacional e as rotinas internas, o que reduz custos de integração e acelera a produtividade. Além disso, muitos voltam com novas competências adquiridas em outras experiências, o que pode gerar inovação e novas perspectivas. De acordo com o relatório *“Boomerang Hiring Makes a Comeback”*, da **LinkedIn**, esse tipo de contratação também tende a apresentar melhor retenção, já que o funcionário volta de forma mais consciente sobre o ambiente de trabalho e sobre suas próprias expectativas.

Do lado dos trabalhadores, o retorno costuma ser motivado por fatores como estabilidade, afinidade com a cultura da empresa e possibilidade de crescimento em uma estrutura já conhecida. Mas há também um movimento de “realismo



PEXELS

pós-pandemia”: muitos profissionais que mudaram de emprego em busca de melhores condições acabaram se decepcionando com promessas não cumpridas ou ambientes menos acolhedores, e decidiram voltar.

Apesar da ausência de dados específicos sobre esse cenário no mercado brasileiro, gestores de empresas analisam um aumento desse movimento no Brasil. Como a CEO do Infojobs, Ana Paula Prado, em um artigo publicado em julho deste ano.

“É uma mudança de comportamento. Antes, retornar para uma empresa era considerado um sinal de arrependimento. Hoje, muitas vezes, é visto com maturidade: o profissional sabe o que quer, se identifica com o propósito e se sente preparado para os novos desafios, no mesmo lugar”, afirma Ana.

Ainda assim, o fenômeno exige cuidado. Especialistas da área de RH alertam que as empresas precisam manter processos transparentes de recontração para evitar ressentimentos entre os que permaneceram e garantir equilíbrio salarial. A **Harvard Business Review** destaca que, quando bem conduzido, o retorno de ex-funcionários pode fortalecer o engajamento e a reputação da marca empregadora.

Em um mercado que valoriza eficiência e experiência, os *boomerang employees* deixaram de ser exceção. Eles representam uma nova lógica nas relações de trabalho — em que partir não significa necessariamente romper, e voltar pode ser sinal de maturidade profissional e reconhecimento mútuo.

SEGURANÇA PÚBLICA

Roubos de carga e de veículos caem no estado do Rio

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) mostram que crimes como roubos de carga e de veículos registraram queda de mais de 40% em todo o estado no mês de setembro deste ano, na comparação com o mesmo período de 2024.

Por outro lado, a produtividade policial aumentou no período com mais apreensões de fuzis e drogas. Os dados foram divulgados ontem.

O furto de celular, um dos crimes que mais afeta a população, ficou praticamente estável: em setembro deste ano foram levados 3.849 aparelhos contra 3.842 registrados em setembro do ano passado, um aumento de 0,2%.

Já o furto de bicicleta teve aumento de 10% em relação a setembro de 2024. Foram 356 bicicletas levadas de seus proprietários contra 323 no mesmo mês de 2024.

Os furtos em coletivos, quando os assaltantes entram nos ônibus para pegar os celulares dos passageiros, tiveram um aumento de 13% em relação a setembro de 2024. Neste ano, foram 717 aparelhos levados nesta situação, contra 636 no mesmo mês do ano passado.

PRODUTIVIDADE

Pela primeira vez, desde o início da série histórica iniciada em 2007, as polícias Civil e Militar apreenderam 593 fuzis nos primeiros nove meses do ano. Ou seja, foram retirados de circulação uma média de dois fuzis das mãos dos criminosos por dia.

Ainda na produtividade policial, outros indicadores que registraram bons resultados neste ano foram: 12.898 veículos recuperados; 31.691 prisões em flagrante; 19.114 drogas apreendidas e 4.591 armas tiradas de circulação.

PATRIMÔNIO

Os crimes contra o patrimônio registraram queda em todo o Rio de Janeiro no mês de setembro. O número de roubos de carga caiu 46% no período – foram 182 casos em 2025, contra 339 no mesmo mês de 2024, o menor índice para setembro desde 2023.

Os roubos de veículos também apresentaram queda significativa. Em setembro de 2025, foram 1.801 ocorrências, contra 3.094 no mesmo período do ano passado – uma redução de 42%.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Azeite, sal e ‘chá do milagre’ são suspensos pela Anvisa

GABRIEL DAMASCENO/AE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu ontem, o consumo do azeite extra virgem Ouro Negro e do Chá do Milagre ("pó do milagre" ou "pozinho do milagre") e suspendeu a comercialização, a distribuição, a divulgação e o consumo de 13 lotes do sal do Himalaia da empresa Kinino.

No caso do sal do Himalaia, a medida foi anunciada após a fabricante, a H.L. do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios, responsável pela Kinino, comunicar o recolhimento voluntário do produto.

Laudos emitidos pelo Instituto Adolfo Lutz apontaram que os lotes apresentaram teor de iodo abaixo do estabelecido na legislação. O mineral é obrigatoriamente adicionado ao sal de cozinha no Brasil para garantir níveis mínimos de consumo e reduzir a incidência

A mesma tendência foi observada nos roubos de rua, que caíram 14%, com 4.448 vítimas em setembro deste ano, ante 5.189 no ano anterior.

“Os resultados positivos são frutos de um planejamento baseado em evidências, integração e ações estratégicas. As reduções nos crimes contra o patrimônio e o aumento da produtividade policial reforçam o compromisso das forças de segurança com a sociedade” afirmou a diretora-presidente do ISP, Marcela Ortiz.

Veja alguns indicadores:

- roubo de carga: 182 registros em setembro de 2025, redução de 46% em relação ao mesmo período de 2024, que teve 339 casos;
- roubo de rua: 4.448 vítimas em setembro de 2025, redução de 14% em comparação a setembro de 2024, que teve 5.189 casos;
- roubo de veículo: 1.801 registros em setembro de 2025, queda de 42% frente às 3.094 ocorrências de setembro de 2024;
- apreensão de fuzis: 593 fuzis apreendidos no acumulado de 2025, aumento de 2,8% em relação a setembro de 2024 (577 apreensões);
- apreensão de drogas: 19.114 apreensões em nove meses em 2025, crescimento de 3,9% em comparação ao mesmo período de 2024 (18.391 apreensões);
- apreensão de armas: 4.591 apreensões em nove meses em 2025, média de 17 armas apreendidas por dia;
- prisão em flagrante: 31.691 prisões em nove meses em 2025, média de 70 pessoas presas por dia;
- recuperação de veículos: 12.898 veículos recuperados em nove meses em 2025, média de 47 recuperações por dia;
- latrocínio: 52 vítimas no acumulado de 2025, 20% a menos que em 2024, quando foram registradas 65 vítimas;
- mortes por Intervenção de Agente do Estado: 519 mortes em setembro de 2025, queda de 7% em relação a setembro de 2024 (558 vítimas).

Os dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública são referentes aos registros de ocorrência (RO) lavrados nas delegacias de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro durante o mês de setembro.

de doenças relacionadas à sua deficiência, como bócio (aumento de volume na tireoide).

Os lotes suspensos tinham prazo de validade até março de 2027.

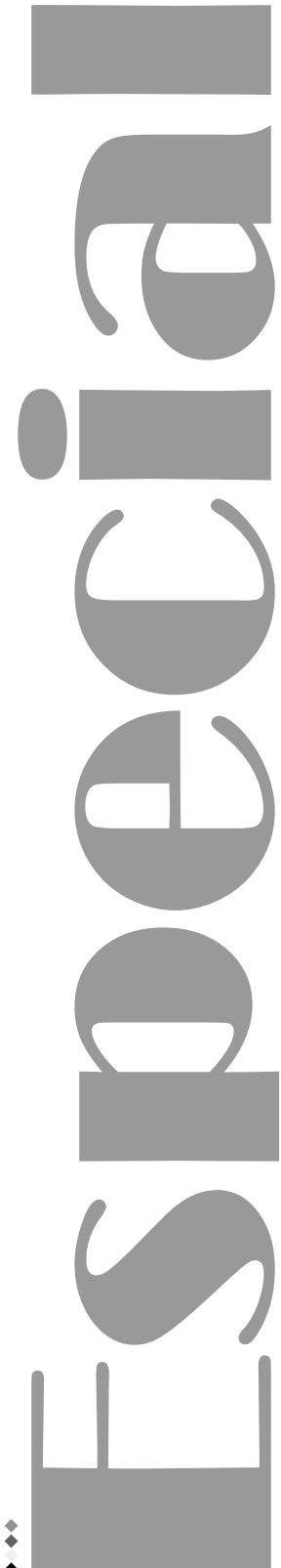
AZEITE

O azeite extra virgem Ouro Negro, que teve todos os lotes proibidos, foi alvo da Anvisa por ter origem desconhecida e por ter sido desclassificado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Além disso, no rótulo do produto, consta que ele é importado pela Intralogística Distribuidora Concept, empresa com CNPJ suspenso na Receita Federal.

CHÁ DO MILAGRE

Outro produto proibido foi o Chá do Milagre. O item foi alvo da agência porque sua composição, classificação e fabricante são desconhecidos.



CONTRABANDO

Avião com 571 iPhones irregulares é preendido em Santa Catarina

CAIO POSSATI/AE

Agentes da Receita Federal apreenderam ontem, em Porto Belo, Santa Catarina, 571 celulares iPhone dentro de uma aeronave que partiu de Foz do Iguaçu, no Paraná, com destino ao estado catarinense. A carga, de origem estrangeira, é avaliada em R\$ 3 milhões.

O piloto da aeronave, um homem de 58 anos e já preso em São Paulo por transporte irregular de celular, e seu ajudante, de 34, foram presos em flagrante pelo crime de descaminho. Eles foram conduzidos para a delegacia da Polícia Federal em Florianópolis. A identidade dos suspeitos não foi informada e, por isso, não foi possível localizar a defesa.

A apreensão aconteceu por volta das 9h, no Aeroporto Costa Esmeralda, durante uma operação de inteligência das Equipes de Repressão ao

Contrabando e Descaminho da Receita Federal.

O avião monomotor modelo RV-10, que decolou da região de Foz do Iguaçu, foi abordado com mais de 570 aparelhos no seu interior sem a devida comprovação de importação regular.

De acordo com a Receita, os agentes presenciaram um veículo estacionado em frente ao hangar e viram quando o ajudante, morador de Foz, auxiliava o piloto a empurrar a aeronave para dentro do galpão. A dupla foi abordada e presa na sequência.

O órgão informou que o piloto já havia sido preso anteriormente, em janeiro de 2023, na cidade de Ourinhos, no interior paulista. Na ocasião, ele transportava 452 celulares escondidos em fundo falso no para-choque traseiro de um veículo. A carga foi avaliada em R\$ 809 mil.

TRAMA GOLPISTA

Supremo retoma hoje julgamento do ‘núcleo 4’ do golpe

BRUNA ROCHA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma hoje, o julgamento do chamado "núcleo 4" da trama golpista, o grupo é apontado como responsável pela disseminação de desinformação contra as urnas eletrônicas e pelo apoio logístico aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Nesta fase do processo será iniciada a votação dos ministros. O relator do caso, o ministro Alexandre de Moraes, será o primeiro a votar, seguido pelos colegas de turma Cristiano Zanin, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Flávio Dino. Na semana passada, foram apresentados o parecer do processo e os argumentos da PGR e da defesa dos réus.

O grupo em julgamento é composto por militares da ativa e da reserva, além de ex-integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de integrar uma campanha coordenada de desinformação.

Na semana passada, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu a condenação dos réus. Em sua justifica-

tiva, Gonet associou diretamente a campanha de fake news promovida pelo grupo aos ataques violentos ocorridos em Brasília.

Segundo o chefe da PGR, houve um "manejo estratégico de informações sabidamente falsas como instrumento de desestabilização social". Para ele, "a revolta popular verificada ao final do iter criminis (caminho do crime) tem relação causal com a trama gerada e insuflada pela ação deste núcleo de acusados".

RÉUS DO NÚCLEO 4:

Ailton Gonçalves Moraes Barros, capitão reformado do Exército;

Ângelo Martins Denicoli, major da reserva do Exército;

Carlos César Moretzsohn Rocha, ex-presidente do Instituto Voto Legal (IVL);

Giancarlo Gomes Rodrigues, subtenente do Exército e ex-servidor da Abin;

Guilherme Marques de Almeida, tenente-coronel do Exército;

Marcelo Araújo Bormevet, policial federal e ex-servidor da Abin;

Reginaldo Vieira de Abreu, coronel do Exército.

MOTIM

Câmara sorteia hoje novo relator de processo contra deputados

RAISA TOLEDO/AE

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados realiza hoje, um novo sorteio para definir o relator dos processos contra os deputados Marcos Pollon (PL-MS), Marcel Van Hattem (Novo-RS) e Zé Trovão (PL-SC). Eles foram os últimos a manter o motim em protesto à prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que impediu os trabalhos da Casa, em agosto.

O conselho abriu três representações contra os parlamentares, que foram unificadas. No dia 7 de outubro foi realizado um sorteio da lista tríplice para definir o relator, mas dois dos três sorteados pediram para ser retirados.

A escolha do novo relator seguirá o procedimento padrão: três nomes serão sorteados e, entre eles, o presidente do colegiado, Fábio Schiochet (União-SC), escolherá o responsável pelo parecer. A reunião está marcada para as 15h.

Pelas regras, o escolhido não pode ser do mesmo partido ou Estado dos representados e nem do mesmo partido de quem fez a representação. Neste caso, a representação com a sugestão de punições foi enviada pela Corregedoria da Câmara, chefiada pelo deputado Diego Coronel (PSD-BA).

O corregedor pediu a suspensão do mandato de Van Hattem e de Trovão por 30 dias por obstrução da cadeira da Presidência da Casa.

ASSESSOR DE BOLSONARO

PF quer investigar entrada de Filipe Martins nos EUA

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) pediu ontem ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a abertura de uma investigação para apurar a suposta entrada de Filipe Martins (**foto**), ex-assessor para assuntos internacionais de Jair Bolsonaro, nos Estados Unidos, em dezembro de 2022, uma semana antes dos atos golpistas de 8 de janeiro.

A solicitação foi feita após o ministro pedir esclarecimentos da PF sobre a controvérsia envolvendo a suposta viagem de Martins, que é um dos réus no Núcleo 2 da trama golpista ocorrida no governo do ex-presidente.

Os esclarecimentos foram solicitados após o Departamento de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos divulgar uma nota na qual negou a entrada do réu no dia 30 de dezembro de 2022.

Martins foi apontado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) como um dos responsáveis pela elaboração da minuta de golpe de Estado que circulou no final do governo Bolsonaro.

De acordo com o delegado Fábio Shor, a abertura de investigação específica é necessária para apurar a eventual simulação da entrada de Filipe Martins



DIVULGAÇÃO

naquele país.

“O registro de entrada, ainda que em caráter indiciário, revela a possibilidade de que integrantes da organização criminosa, abusando dolosamente das prerrogativas diplomáticas, tenham se utilizado do procedimento migratório diferenciado relacionado a comitivas de chefes de Estado, no qual não há a presença física dos integrantes da comitiva presidencial perante as autoridades migratórias,

com a finalidade de simular uma falsa entrada de Filipe Martins em território norte-americano”, afirmou o delegado.

No início das investigações sobre a trama golpista, a PF apurou que Martins chegou a Orlando, na Flórida, na data referida e utilizou o seu passaporte.

“Portanto, todas as informações alcançadas pela apuração tomada pela Pet. 12.100/DF apontam que, no dia 30.12.2022, foi registrada a entrada de Filipe

Martins Pereira nos Estados Unidos da América”, completou o delegado.

Em agosto de 2024, Martins foi solto por determinação de Alexandre de Moraes e passou a ser monitorado por tornozeleira eletrônica.

Desde o início das investigações, a defesa de Martins nega que ele entrou nos Estados Unidos e critica Moraes por ter determinado a prisão com base nessa informação.

EMBARGOS

STJ exclui ‘petistas’ de ação de improbidade ligada ao Mensalão

RAISA TOLEDO/AE

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou em decisão divulgada ontem, a exclusão de 15 réus de uma ação de improbidade administrativa relacionada ao escândalo do Mensalão. Fazem parte da lista o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e os ex-deputados José Genoíno e Delúbio Soares, ex-dirigentes do PT; e o ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto.

A decisão não se refere ao mérito da ação, mas a questões processuais. A Primeira Seção acatou

embargos de divergência apresentados pelas defesas de Anderson Adauto, Genoíno e Delúbio contra decisão da Segunda Turma do STJ. O recurso é usado quando há entendimentos diferentes sobre situações semelhantes dentro de um mesmo tribunal.

Na ação de improbidade, que tramitava originalmente na 9ª Vara Federal de Brasília, os réus foram excluídos do processo por decisão do juiz da primeira instância. O Ministério Público Federal (MPF) apresentou então um recurso de apelação, que foi aceito pela Segunda Turma do STJ.

A decisão levou os acusados a apresentarem os embargos de divergência, com a alegação que o recurso usado pelo MPF não era cabível na situação. Quando o caso foi para análise da Primeira Seção, o colegiado concordou que o recurso cabível seria agravo de instrumento, não apelação.

O relator, ministro Sérgio Kulkina, argumentou que a jurisprudência atual do tribunal prevê que decisões que excluem um réu por improbidade sem encerrar o processo como um todo devem ser questionadas pelo recurso de agravo de instrumento.

A Primeira Seção do STJ entendeu que o MPF incorreu em erro grosseiro ao usar o recurso de apelação. Esse entendimento negou o recurso do MPF e manteve a exclusão dos réus da ação de improbidade administrativa.

A ação em questão é uma das cinco abertas pelo MPF no âmbito do Mensalão na esfera cível. Na esfera criminal, a abertura de ação penal resultou na condenação e prisão de várias pessoas, inclusive José Dirceu, Delúbio Soares e José Genoíno, assim como Roberto Jefferson e Valdemar da Costa Neto.

ENVENENAMENTO

Intoxicação por metanol: Paraná é o 3º estado a registrar morte no País

ADRIANA VICTORINO/AE

O Paraná confirmou ontem, a primeira morte no Estado por intoxicação causada por metanol, após o consumo de bebida alcoólica. A vítima, um homem de 55 anos, morador de Foz do Iguaçu, procurou uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na última terça-feira, com fortes dores abdominais e relatou ter ingerido bebida alcoólica no dia anterior.

Exames laboratoriais confir-

maram a presença de metanol no organismo. A identidade da vítima não foi divulgada. As autoridades investigam ainda a morte de um segundo homem, de 47 anos, encontrado sem vida em sua casa. A suspeita é de que o caso possa ter relação com o primeiro óbito.

De acordo com o boletim da Secretaria de Saúde do Paraná, o Estado registra 22 notificações de possíveis casos de intoxicação por metanol. Desses, cinco foram confirmados, sendo um com

morte, 14 descartados e dois permanecem sob investigação.

Com essa confirmação, o Paraná se torna o terceiro Estado brasileiro a registrar morte por intoxicação por metanol neste ano. As autoridades de saúde reforçam o alerta sobre o risco de bebidas adulteradas e orientam a população a não consumir produtos sem procedência comprovada.

Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil contabiliza 46 casos confirmados de intoxicação por

metanol até o momento. Outros 87 registros seguem em investigação e 528 foram descartados. O Estado de São Paulo concentra a maior parte dos casos, com 38 confirmações e 44 sob apuração. Há também ocorrências em Pernambuco (3 casos confirmados), Paraná (3) e Rio Grande do Sul (1).

O número de mortes confirmadas pela ingestão da substância permanece em oito, sendo seis em São Paulo e duas em Pernambuco.

BEBÊ

Crescimento da cabeça pode influenciar QI na vida adulta

GABRIEL DAMASCENO/AE

Quanto maior o crescimento da cabeça - do perímetro cefálico, em específico - no primeiro ano de vida, maior o quociente de inteligência (QI) aos 18 anos de idade. É o que aponta uma pesquisa conduzida por pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas

(UFPel), realizada em parceria com a Universidade de Oxford e com apoio da Umene.

Estudos anteriores já apontavam que o tamanho da cabeça no nascimento era um fator determinante para a média de QI na vida adulta. O novo estudo, no entanto, mostra que a mudança na medida no início da vida também pode

contribuir para o desempenho cognitivo na vida adulta.

"Diversos fatores podem comprometer o crescimento do cérebro durante a gestação, como o tabagismo materno e a ocorrência de infecções na gravidez. A boa notícia é que, mesmo quando a criança nasce com a cabeça pequena, o desenvolvimento poste-

rior pode favorecer a melhora do QI", destaca Marina de Borba Oliveira Freire, autora do estudo e doutora pelo programa de pós-graduação em epidemiologia da UFPel. A pesquisa é fruto da tese de doutorado de Marina e utilizou os dados de mais de 4 mil bebês acompanhados ao longo de 30 anos, entre 1993 e 2023.

MUDANÇA MINISTERIAL

Guilherme Boulos assumirá Secretaria da Presidência

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) se reuniu com o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP), ontem, e o convidou para ocupar o cargo de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, no lugar de Márcio Macêdo, que estava na função desde o início do governo, em janeiro de 2023.

O anúncio foi feito em comunicado oficial do Palácio do Planalto. A troca será formalizada na próxima edição do Diário Oficial da União (DOU).

A Secretaria-Geral a Presidência é o ministério responsável pelo diálogo e interlocução do governo com organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Na reunião em que Boulos recebeu o convite para a pasta, estavam presentes Márcio Macedo, a ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais, e os ministros Rui Costa, da Casa Civil, e Sidônio Palmeira, da Secretaria de Comunicação Social.

Boulos tem 43 anos e uma trajetória política voltada ao ativismo urbano. No novo cargo terá como desafios na articulação política entre Palácio do Planalto, movimentos sociais e sociedade civil.

BIOGRAFIA

O novo ministro da Secretaria-Geral da Presidência nasceu em São Paulo, mais precisamente na região de Pinheiros, no dia 19 de junho de 1982. Foi filho caçula dos médicos infectologistas e professores universitários Ma-



RICARDO STUCKERT/PR

ria Ivete e Marcos, Guilherme Boulos.

Seus primeiros anos de estudo foram em escolas particulares. Quando no Ensino Médio, pediu a seus pais que o transferissem para uma escola pública.

O interesse pela política acabou levando-o a ingressar no movimento estudantil, aos 15 anos.

Na Escola Estadual Fernão Dias Paes, criou um grêmio estudantil, participou de protestos contra a direção e fez trabalhos de alfabetização de jovens e adultos em comunidades da capital.

Ingressou no curso de filoso-

fia da USP em 2000. Especializou-se em psicologia clínica pela PUC, e se tornou mestre em psiquiatria pela USP. Na vida profissional foi também professor da rede pública e escritor, tendo publicado os livros "Por que ocupamos?"; "De que lado você está?"; e "Sem Medo do Futuro".

MOVIMENTO SOCIAL

Aos 19 anos, Boulos foi morar em uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) – grupo do qual viria a se tornar uma liderança, dedicando-se por décadas à luta por moradia digna e reforma urba-

na. Foi ali que conheceu sua companheira, Natália Szermeta, com quem teve duas filhas: Sofia e Laura.

Filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ele ganhou notoriedade nacional quando foi candidato à Presidência da República em 2018, com apenas 35 anos. Concorreu por duas vezes à Prefeitura de São Paulo, em 2020 e 2024.

Foi eleito deputado federal em 2022, com mais de 1 milhão de votos, tornando-se não apenas o candidato mais votado do estado, segundo mais votado de todo o país.

MALAS DE MÃO

Câmara vota hoje urgência de PL sobre cobrança por bagagem

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) informou ontem que vai colocar em votação hoje a urgência do projeto de Lei (PL) 5041/25 que proíbe a cobrança de bagagem de mão por parte das companhias aéreas. Caso a urgência seja aprovada, o projeto poderá ser votado diretamente no plenário, sem a necessidade de passar pelas comissões.

“Alerta da semana: vamos votar a urgência do PL 5041/25, que proíbe a cobrança de bagagem de mão no avião. Também inseri na pauta projetos de Segurança Pública, como o aumento da pena de homicídio contra agentes públicos (PL 4176/25) e o que dificulta o retorno de criminosos reincidentes para as ruas (PL 226/24). As matérias de combate à violência foram consenso entre os secretários de Segurança do Brasil, que trouxeram essas demandas”, escreveu Motta em uma rede social.

O texto, de autoria do deputado federal Da Vitoria (Progressistas-ES), chamado de PL das bagagens, determina que as companhias aéreas são proibidas de oferecer tarifas que excluam ou limitem o direito do passageiro de levar gratuitamente a bagagem de mão. A proposta diz ainda que os passageiros têm garantido o direito de levar consigo uma mala de mão e um item pessoal sem cobrança adicional, “como bolsa, mochila ou pasta, observados os limites de peso e dimensão estabelecidos pela autoridade reguladora”.

O texto diz ainda que a bagagem de mão (mala de cabine), deve ser acomodada nos compartimentos superiores da cabine da aeronave, atendendo aos limites de peso e dimensão fixados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e que o item pessoal, como bolsa, mochila, pasta ou volume equivalente que possa

ser acomodado sob o assento à frente do passageiro.

A votação anunciada por Motta é uma resposta à decisão das empresas de implementar uma nova categoria de tarifa, chamada de “básica”, para o transporte de bagagens. Recentemente, a Gol Linhas Aéreas e a Latam Airlines comunicaram a adoção de novas tarifas com restrições a uma segunda bagagem de mão, a partir deste mês.

Na semana passada, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça e Segurança Pública informou que Gol e Latam já foram notificadas para apresentar informações sobre a comercialização das tarifas sem franquia de bagagem de mão e sobre a visibilidade dada ao consumidor sobre essa medida.

Em nota, a Senacon reconhece que as empresas até podem estar legalmente amparadas, mas entende que a conduta não traz benefícios ao consumidor, e por isso merece revisão.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) enviou ofício às companhias aéreas Azul, Gol e Latam solicitando esclarecimentos sobre eventuais cobranças em voos internacionais. Na Latam, a medida já está em vigor, e a Gol anunciou que adotará a cobrança. A Azul informou que não cobrará pela bagagem de mão em voos internacionais.

O presidente da Anac, Tiago Faienstein, esclareceu que não há cobrança de bagagem de mão em voos domésticos, mas uma distinção entre mochilas e bagagens de mão de até 10 quilos, que são acomodadas no compartimento superior das aeronaves.

A Anac disse que pretende entregar estudos técnicos para a construção de um projeto de lei no Congresso Nacional com o objetivo de levar a uma “regulação equilibrada, preservando tanto o direito dos passageiros quanto a competitividade das companhias aéreas”.

PCC

Narco Bet: juíza vê risco de obstrução e fuga e mantém contador preso

RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO/AE

A Justiça Federal manteve a prisão preventiva do contador Rodrigo de Paula Morgado por suspeita de lavar dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC). Ele foi preso na semana passada na Operação Narco Bet.

É a segunda vez que Rodrigo Morgado é preso. Ele já havia sido alvo da Operação Narco Vela, deflagrada em abril, que serviu de base para a nova ação da Polícia Federal. Na ocasião, foi colocado em liberdade por um habeas corpus concedido no plano judicial.

O advogado Filipe Pires de Campos, que representa o contador, deu entrada em um novo pedido de liberdade alegando que ele é réu primário, tem endereço fixo e filhos menores de idade.

Campos também afirma que a primeira fase da investigação quase levou o contador à falência e causou a demissão de dezenas de funcionários, o que segundo o advogado torna ainda mais urgente a soltura para que ele possa cuidar dos negócios. Morgado nega envolvimento nos crimes e sustenta que sua atuação profissional é legítima.

Outro argumento do advogado é que, na Operação Narco Ve-

la, que se debruçou sobre o tráfico de cocaína do PCC para a Europa, o contador conseguiu autorização para responder em liberdade. A defesa afirma que é “incongruente” decretar a prisão dele agora por suspeita de lavagem de dinheiro, crime considerado menos grave.

A juíza Raecler Baldresca, que despacha como convocada no Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (TRF3), a manutenção da prisão do contador é necessária para aprofundar as investigações sem o risco de interferências e de fuga.

A decisão destaca a “gravidade” dos crimes sob investigação e a “estrutura sofisticada e atuação interestadual” da organização criminosa da qual Morgado seria peça importante.

“A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que se justifica a decretação de prisão de membros de grupo criminoso como forma de interromper suas atividades”, escreveu Raecler ao negar o habeas corpus.

Raecler Baldresca também chamou atenção para o “elevado poder econômico dos investigados”, que na avaliação da magistrada “proporciona a formação de uma rede de corrupção com inequívoco poder para embarçar o aprofundamento das investigações.

CPMI do INSS

Ex-membro de Conselho diz que alertou sobre fraudes em 2019

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A ex-integrante do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) Tonia Galletti afirmou ontem, durante depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, que fez, desde 2019, denúncias a autoridades do Ministério da Previdência e do INSS sobre fraudes em descontos associativos de aposentados e pensionistas.

“Eu já estava alertando desde 2019 essas ocorrências. Em todas as oportunidades, poderia ser em qualquer lugar: em reunião com o diretor de benefícios, presidente do INSS, com Ministério do Trabalho, da Previdência e do INSS sobre fraudes em descontos associativos de aposentados e pensionistas.

“Eu já estava alertando desde 2019 essas ocorrências. Em todas as oportunidades, poderia ser em qualquer lugar: em reunião com o diretor de benefícios, presidente do INSS, com Ministério do Trabalho, da Previdência e do INSS sobre fraudes em descontos associativos de aposentados e pensionistas.

“Tudo começou com os sócios reclamando, não do sindicato, mas de que estavam sendo abordados por outras entidades. A pessoa ia utilizar a farmácia do Sindnapi e quando chegava lá ele não era mais sócio, ele estava filiado a outra instituição”, contou.

“Teve até diretor que deixou de ser sócio e foi para uma associação desconhecida e ele não assinou nada”, completou.

A ex-integrante do conselho diz que solicitou a inclusão na pauta de uma reunião, em 2023, a discussão sobre os descontos associativos, mas o tema não chegou a ser discutido. Investigaçã

sentados e pensionistas do INSS. Em 2020 a 2024, o número aumentou 77 vezes, saindo de 18.690 para 1,4 milhão.

“Naquela oportunidade, em junho de 2023, eu alertei para o fato de que estávamos tendo conhecimento de que diversas entidades estavam atuando de forma inadequada e que era importante isso ser tratado no Conselho e que deveria ter sido fornecida a documentação para saber se essas entidades tinham sede, toda a documentação, etc”, afirmou.

Questionada pelo relator da CPMI, Alfredo Gaspar (União-AL) se o ex-ministro da Previdência, Carlos Luppi, estava presente na reunião do conselho, Tonia afirmou que sim, que o ministro estava presente.

“Acho que todos os diretores (do Conselho) estavam presentes”, disse Tonia, que afirmou ainda que também fez alertas ao ex-diretor de benefícios do INSS, José Carlos Oliveira, em 2021 ou 2022.

Ao ser perguntada sobre os desdobramentos das denúncias e se Luppi tomou alguma providência, Tonia afirmou que algumas medidas foram tomadas.

“Eu sei que eles abriram procedimentos para investigar algumas dessas entidades, eles disseram que mandaram ofício para a Polícia Federal informar algumas coisas. Nesse meio tempo, teve a auditoria no TCU e, com base nisso, saiu a instrução normativa 162 com alguns procedimentos [para o desconto nas aposentadorias]”, relatou.

CMG

O relator questionou o crescimento no número de associados do Sindnapi que, segundo Gaspar, a partir de 2019, início da parceria da entidade com a da corretora de seguros CMG, ligada ao Banco BMG, o número de filiados cresceu rapidamente. A

entidade é uma das organizações investigadas por fraudes em pensões e aposentadorias, tendo, segundo o relator, arrecadado R\$ 600 milhões.

Segundo o relator, os descontos automáticos nos benefícios foram operados através de uma parceria e o Sindnapi, por meio da filiação de aposentados e pensionistas, muitas vezes sem autorização.

“O sindicato estava estagnado, perdendo filiados e procuraram uma metodologia para inverter essa curva. Aí a vida do Sindnapi se encontrou com a vida do BMG, aí essa linha que era decrescente, a partir do primeiro contrato essa linha começou a aumentar”, afirmou. “De 2008 até 2020 temos um parâmetro muito similar de descontos associativos ano após ano. Aí em 2020 ele começa a crescer num ritmo alucinado, sai de 145 mil associados para 366 mil em 2023”, completou.

Ao responder, Tonia afirmou que o crescimento no número de associados ocorreu de forma programada e “orgânica” e que o sindicato nunca fraudou documentos de filiados.

“O sindicato vive de mensalidade associativa. O sindicato nunca fraudou fichas ou documentos de aposentados ou de pensionistas para ter esses sócios dentro do sindicato”, disse.

Segundo ela, o Sindnapi cresceu organizadamente em torno de 4% ao mês.

“Outras entidades que surgiram na calada da noite, elas tinham, por exemplo, zero sócios, em outubro e quando chegava em novembro tinha 80 mil sócios. Quando chegava em dezembro não chegava sócio novo algum, aí chegava em janeiro e ela colocava 250. Eu, como prestei serviço para o sindicato, sei como é difícil você associar alguém, você tem que mostrar serviço, convencer a

Ucrânia

Líderes europeus devem se reunir para discutir cessar-fogo

PEDRO LIMA/AE

O primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, deve receber na sexta-feira, em Londres, uma reunião da chamada Coalizão dos Dispostos, grupo de países que prepara o envio de uma força internacional para monitorar um eventual cessar-fogo na Ucrânia, de acordo com a imprensa britânica.

O encontro contará com a presença do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, e do francês, Emmanuel Macron, e ocorre em meio a intensas negociações diplomáticas sobre o conflito.

De acordo com o *The Telegraph*, a União Europeia também discute novas sanções contra a chamada shadow fleet - frota de petroleiros usada por Moscou para driblar restrições - para aumentar a pressão sobre a Rússia.

deria ajudar a custear o envio de armamentos à Ucrânia, deve ser confirmado durante a cúpula de líderes da UE marcada para quinta-feira, em Bruxelas - um dia antes da reunião em Londres.

A chefe de Relações Exteriores e Segurança da UE, Kaja Kallas, afirmou hoje que o bloco segue determinado a apoiar Kiev e a conter Moscou. "Vamos os esforços do presidente Trump para trazer paz à Ucrânia, e todos esses esforços são bem-vindos, mas não vemos a Rússia querendo paz", disse. Segundo ela, "a Rússia só negocia quando é realmente obrigada a negociar".

Kallas acrescentou que a UE também discute novas sanções contra a chamada shadow fleet - frota de petroleiros usada por Moscou para driblar restrições - para aumentar a pressão sobre a Rússia.

Acordo de Paz

Trump acha difícil Ucrânia vencer guerra contra a Rússia

LAÍS ADRIANA
E PEDRO LIMA/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou ontem que a Ucrânia "ainda pode vencer a guerra contra a Rússia, mas não acho que vá acontecer", e defendeu os esforços do seu governo para mediar um acordo de paz. "Se não conseguirmos, um grupo grande de pessoas pagará um preço alto", alertou durante comentários a repórteres na Casa Branca, antes de reunião com o primeiro-ministro da Austrália, Anthony Albanese.

Sobre o conflito entre Israel e o Hamas, Trump disse que o

governo americano tomou "muitos passos para garantir a paz no Oriente Médio" e que, se o grupo "não for bom, vamos erradicá-los, se necessário, e eles sabem disso". O presidente negou ter instruído Israel a não retomar operações na Faixa de Gaza: "não disse a Israel para não voltar para Faixa de Gaza. Demos apenas uma pequena chance para o Hamas".

Em tom mais geral, Trump voltou a ressaltar o papel das sanções e das tarifas em sua política externa: "O poder das tarifas e do comércio é negável. Usamos isso para parar guerras", afirmou.

Mensagem

Lula parabeniza Rodrigo Paz, presidente eleito da Bolívia

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva parabenizou o presidente eleito da Bolívia, Rodrigo Paz (**foto**), pela vitória nas eleições do último domingo. Disse que o processo eleitoral demonstrou "o compromisso da sociedade boliviana com a democracia".

"Encaminhei carta nesta manhã ao presidente eleito do Estado Plurinacional da Bolívia, Rodrigo Paz, parabenizando-o pela vitória no segundo turno das eleições do domingo. A conclusão do processo eleitoral em clima de tranquilidade e harmonia demonstra o compromisso da sociedade boliviana com a democracia, que deve seguir norteando toda a nossa região", disse Lula, por meio de publicação no X nesta segunda-feira.

O presidente afirmou ter reiterado a Paz "a prioridade do governo brasileiro no relacionamento com a Bolívia, com a qual compartilhamos extensa fronteira, mas também uma relação de amizade e respeito".

"O presidente eleito pode contar com o meu compromisso de seguir trabalhando em benefício de nossas relações bilaterais e de cooperação em temas de interesse mútuo.

A Bolívia é parceira fundamental do Brasil na construção



WIKIPÉDIA

de uma América do Sul mais integrada, justa e solidária", completou.

Paz foi eleito presidente da Bolívia derrotando o ex-presidente Jorge Quiroga. Tem 58 anos e é filho do ex-presidente Jaime Paz Zamora (1989-1993) e da espanhola Carmen Pereira. Nasceu na Espanha, onde a família viveu exilada durante a ditadura militar boliviana (1964-1982).

Tanto Paz quanto Quiroga representam o centro e a direita na política boliviana. A esquerda, representada pelo Movimento ao Socialismo (MAS), cujo principal líder é o ex-presidente Evo Morales, foi a principal derrotada na eleição e não esteve no segundo turno.

Recado a Trump

Lula chama AL de zona de paz e critica intervenções

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, ontem, a soberania da América Latina e destacou que é prioridade manter a região como “zona de paz”. Ele recebeu, pela manhã, as credenciais de 28 novos embaixadores no Brasil e, em rápido discurso, criticou intervenções de países de fora da região.

“Somos um continente livre de armas de destruição em massa, sem conflitos étnicos ou religiosos. Intervenções estrangeiras podem causar danos maiores do que o que se pretende evitar”, disse aos diplomatas estrangeiros.

Para o presidente, a região passa por “um momento de crescente polarização e instabilidade”.

“Vocês serão tratados e terão

atenção do Itamaraty como se fossem amigos nossos há muitos anos, porque o que nós queremos é mostrar ao mundo que nós precisamos fortalecer o multilateralismo e o multilateralismo é baseado na boa relação cordial, comercial, econômica e, sobretudo, uma relação pacífica, sem ódio, sem negacionismo e sem ferir o princípio básico da democracia e dos direitos humanos”, acrescentou.

Recentemente, o Brasil, em conjunto com a maioria dos países da América Latina, manifestou “profunda preocupação” pela movimentação militar “extra-regional” na região do Caribe. O documento é uma referência indireta ao envio de navios, submarinos e militares pelos Estados Unidos (EUA) à costa da Venezuela.

Normalmente, Lula recebe os embaixadores em reunião pri-

vada em seu gabinete no Palácio do Planalto. Mas, por questões de agenda, nessa ocasião foi realizada uma cerimônia coletiva.

Em seu discurso, Lula também falou sobre a importância da política internacional em seu governo e contou que já visitou 37 países em seu terceiro mandato. Ele ainda destacou os eventos multilaterais que ocorrerão no Brasil este ano, como a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em novembro, e a Cúpula do Mercosul, em dezembro.

A partir de hoje, estão habilitados a despachar no país os representantes das seguintes nações: El Salvador, Albânia, Camboja, Tailândia, Tanzânia, Belarus, Quênia, Omã, República Dominicana, Burkina Faso, Bangladesh, Mauritânia, Sudão, Senegal, Uruguai, República Democrática do Congo, Suíça, Paí-

ses Baixos, Bélgica, Emirados Árabes, Irlanda, Zâmbia, Áustria, Finlândia, Malásia, Gana, Líbano e Sri Lanka.

Tradicionalmente, os governos fazem consulta ao país no exterior sobre a indicação de um novo embaixador para atuar em seu território. Na diplomacia, a consulta é chamada de *agrément*, que pode ser concedido ou não. O embaixador, então, assume o posto após a entrega de documentos enviados pelo presidente de seu país ao governo do país onde atuará.

A apresentação das cartas credenciais ao presidente da República é uma formalidade que aumenta as prerrogativas de atuação do diplomata no Brasil. Caso a credencial não seja recebida pelo presidente, o embaixador não pode representar seu país em audiências ou solenidades oficiais, por exemplo.

Petro & Trump

Colômbia convoca embaixador nos EUA para consultas diante de tensão

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

A ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Rosa Yolanda Villavicencio Mapy, informou ontem, que o embaixador colombiano nos EUA, Daniel García-Peña, foi convocado para consultas pelo presidente do país, Gustavo Petro.

A convocação do embaixador acontece em um momento de tensões entre Petro e o presidente americano Donald Trump. No domingo passado, em publicação na Truth Social, o republicano alegou que o líder

colombiano é "um líder de drogas ilegais que incentiva fortemente a produção maciça de drogas" e retirou os subsídios americanos.

Em resposta, Petro afirmou que "jamais a Colômbia foi grosseira com os EUA" e classificou o comentário de Trump como "grosseiro e ignorante" com os colombianos.

Interesses

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que a Colômbia não receberá mais subsídios americanos. Em

publicação na Truth Social neste domingo, ele justificou a medida dizendo que o presidente colombiano, Gustavo Petro, "é um líder de drogas ilegais que incentiva fortemente a produção maciça de drogas".

No sábado passado, Petro acusou os Estados Unidos de violarem a soberania colombiana e de matarem um pecador durante operações militares americanas contra o narcotráfico no Mar do Caribe. Segundo ele, o colombiano Alejandro Carranza morreu em um dos ataques realizados por forças americanas que, des-

Oriente Médio

Enviados dos EUA chegam a Israel para reforçar cessar-fogo em Gaza

O enviado especial Steve Witkoff e Jared Kushner, genro do presidente dos EUA, Donald Trump (**foto**), chegaram a Israel ontem para reforçar o frágil cessar-fogo que está em vigor em Gaza, um dia após o acordo enfrentar sua primeira grande escalada, com o governo israelense ameaçando interromper as transferências de ajuda após afirmar que militantes do Hamas mataram dois soldados.

A Embaixada dos EUA informou que os dois enviados pousaram em Tel Aviv. O exército israelense disse posteriormente que retomou a aplicação do cessar-fogo. Um oficial, por sua vez, afirmou que as entregas de ajuda seriam retomadas ontem.

No início da tarde (pelo horário local), ainda não estava claro se o fluxo de ajuda havia sido reiniciado.

Mais de uma semana se passou desde o início da trégua proposta pelos EUA, que visa encerrar dois anos de guerra. No domingo passado, Trump disse a repórteres, a bordo do Air Force One, que o Hamas tem sido "bastante turbulento" e "tem feito alguns disparos".

Trump também sugeriu que a violência poderia ser culpa de "rebeldes" dentro da organização, e não de sua liderança.

Desde o início do cessar-fogo, as forças de segurança do Hamas retornaram às ruas em Gaza, confrontando grupos armados e matando supostos gangsteres, em uma iniciativa que o grupo militante diz ser uma tentativa de restaurar a lei e a ordem em áreas de onde as



WIKIPÉDIA

tropas israelenses se retiraram.

No domingo, o exército de Israel disse que militantes dispararam contra soldados em áreas da cidade de Rafah que estão sob controle israelense, de acordo com as linhas de cessar-fogo estabelecidas.

O Hamas, que continuou acusando Israel de múltiplas violações do cessar-fogo, disse que a comunicação com suas unidades restantes em Rafah foi cortada por meses e "não somos responsáveis por quaisquer incidentes ocorridos nessas áreas".

As próximas etapas do cessar-fogo devem se concentrar no desarmamento do Hamas, na retirada israelense de áreas adicionais que controla em Gaza e na futura governança do território devastado. O plano

dos EUA propõe o estabelecimento de uma autoridade apoiada internacionalmente.

Em entrevista ao programa 60 Minutes no fim de semana, Kushner disse que o sucesso ou fracasso do acordo dependerá se Israel e o mecanismo internacional serão capazes de criar uma alternativa viável ao Hamas. "Se eles forem bem-sucedidos, o Hamas falhará, e Gaza não será uma ameaça para Israel no futuro", disse ele.

Enquanto isso, uma delegação do Hamas liderada pelo principal negociador Khalil al-Hayya foi ao Cairo para acompanhar a implementação do acordo de cessar-fogo com mediadores e outros grupos palestinos.

Os palestinos em Gaza estão

cautelosos de que o acordo se mantenha após a escalada de domingo. Na segunda-feira, houve serviços fúnebres para algumas das dezenas de pessoas mortas anteriormente por ataques israelenses em toda a faixa.

"Devem haver preocupações enquanto as questões não forem resolvidas", disse Hossam Ahmed, uma pessoa deslocada da cidade de Khan Younis, no sul de Gaza.

Também há preocupação sobre quanta ajuda Israel está permitindo entrar em Gaza, o que faz parte do acordo.

Um oficial de segurança israelense disse hoje que a ajuda continuaria a entrar em Gaza através de Kerem Shalom e outras passagens após inspeção israelense, em conformidade com o acordo O oficial falou sob condição de anonimato, de acordo com os regulamentos militares.

No ataque de 7 de outubro de 2023 a Israel, que desencadeou a guerra, militantes liderados pelo Hamas mataram cerca de 1.200 pessoas, principalmente civis, e tomaram 251 pessoas como reféns

A guerra entre Israel e Hamas matou mais de 68.000 palestinos, de acordo com o Ministério da Saúde de Gaza, que não distingue entre civis e combatentes em sua contagem.

O ministério mantém registros detalhados de vítimas que são vistos como geralmente confiáveis por agências da ONU e especialistas independentes. Israel contesta os números, mas não apresentou balanço próprio.